Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	13
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	14
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	15
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	16
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	17
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	21
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	37
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	38
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	39
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	40
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	93.947
Preferenciais	0
Total	93.947
Em Tesouraria	
Ordinárias	1.114
Preferenciais	0
Total	1.114

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	33.622	50.040
1.01	Ativo Circulante	11.240	28.108
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	36	12.411
1.01.02	Aplicações Financeiras	9.594	14.179
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	9.594	14.179
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	9.594	14.179
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.609	1.513
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.609	1.513
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social compensáveis	1.609	1.513
1.01.07	Despesas Antecipadas	0	5
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1	0
1.01.08.03	Outros	1	0
1.01.08.03.03	Outros créditos	1	0
1.02	Ativo Não Circulante	22.382	21.932
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	22.287	21.837
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	22.287	21.837
1.02.01.09.04	Cauções e depósitos vinculados	22.287	21.837
1.02.03	Imobilizado	95	95
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	95	95

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	33.622	50.040
2.01	Passivo Circulante	12.245	11.979
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1	1
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1	1
2.01.02	Fornecedores	315	25
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	315	25
2.01.03	Obrigações Fiscais	7	31
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	7	31
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	4	27
2.01.03.01.02	Outros tributos a pagar	3	4
2.01.05	Outras Obrigações	11.922	11.922
2.01.05.02	Outros	11.922	11.922
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	11.922	11.922
2.02	Passivo Não Circulante	22.291	21.845
2.02.04	Provisões	22.291	21.845
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	22.291	21.845
2.02.04.01.05	Provisão para processos judiciais	22.291	21.845
2.03	Patrimônio Líquido	-914	16.216
2.03.01	Capital Social Realizado	25.501	25.501
2.03.01.01	Capital social	25.501	25.501
2.03.04	Reservas de Lucros	-17.105	0
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-17.105	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-9.310	-9.285

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-523	-833
3.02.06	Pessoal e administradores	-24	-24
3.02.08	Serviços de terceiros	-389	-649
3.02.14	Outros custos	-110	-160
3.03	Resultado Bruto	-523	-833
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-523	-833
3.06	Resultado Financeiro	501	441
3.06.01	Receitas Financeiras	903	855
3.06.02	Despesas Financeiras	-402	-414
3.06.02.01	Despesas financeiras	-402	-414
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-22	-392
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-3	-141
3.08.01	Corrente	-3	0
3.08.02	Diferido	0	-141
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-25	-533
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	-2.010
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	0	-2.010
3.10.01.01	Resultado líquido proveniente de investimento cindido	0	9.477
3.10.01.02	Amortização de intangível de concessão proveniente de investimento cindido	0	-11.487
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-25	-2.543
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,00027	-0,02675
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,00027	-0,02675

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	-25	-2.543
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	-14.831
4.02.04	Ajuste de avaliação atuarial	0	-22.472
4.02.05	Imposto de renda e contribuição social sobre ajuste de avaliação atuarial	0	7.641
4.03	Resultado Abrangente do Período	-25	-17.374

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	34	-630
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-343	-805
6.01.01.01	Prejuízo líquido do período	-25	-2.543
6.01.01.03	Amortização do intangível da concessão - operações descontinuadas	0	11.487
6.01.01.07	Provisão para processos judiciais, líquida	44	42
6.01.01.10	Receita de aplicação financeira em investimentos de curto prazo	-362	-455
6.01.01.13	Tributos e contribuições sociais diferidos	0	141
6.01.01.19	Resultado líquido proveniente de operações cindidas	0	-9.477
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	281	-6
6.01.02.05	Imposto de renda e contribuição social compensáveis	10	31
6.01.02.07	Despesas pagas antecipadamente	5	5
6.01.02.10	Fornecedores	290	-17
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição social a pagar	-23	-25
6.01.02.12	Outros tributos a pagar	-1	0
6.01.03	Outros	96	181
6.01.03.02	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-98	-70
6.01.03.03	Juros resgatados de investimentos de curto prazo	194	251
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	4.696	2.489
6.02.03	Aplicações em investimento de curto prazo	-2.617	0
6.02.04	Resgates de investimento de curto prazo	7.362	2.530
6.02.05	Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	-49	-41
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-17.105	0
6.03.09	Recompra de ações - direito de retirada	-17.105	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-12.375	1.859
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	12.411	65
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	36	1.924

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	25.501	0	0	-9.285	0	16.216
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	25.501	0	0	-9.285	0	16.216
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-17.105	0	0	0	-17.105
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-17.105	0	0	0	-17.105
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-25	0	-25
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-25	0	-25
5.07	Saldos Finais	25.501	-17.105	0	-9.310	0	-914

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	958.782	429.200	132.943	0	-60.960	1.459.965
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	958.782	429.200	132.943	0	-60.960	1.459.965
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-2.543	-14.831	-17.374
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-2.543	0	-2.543
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-14.831	-14.831
5.05.02.08	Efeito Reflexo de Ajuste de Avaliação Atuarial de Controlada	0	0	0	0	-22.472	-22.472
5.05.02.09	Tributos sobre Efeito Reflexo de Ajuste de Avaliação Atuarial de Controlada	0	0	0	0	7.641	7.641
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	2.896	-2.896	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	4.388	-4.388	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-1.492	1.492	0
5.07	Saldos Finais	958.782	429.200	132.943	353	-78.687	1.442.591

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-497	-808
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-389	-649
7.02.04	Outros	-108	-159
7.03	Valor Adicionado Bruto	-497	-808
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-497	-808
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	903	-1.155
7.06.02	Receitas Financeiras	903	855
7.06.03	Outros	0	-2.010
7.06.03.01	Resultado líquido proveniente de operações cindidas	0	9.477
7.06.03.03	Amortização de intangível de concessão proveniente de operações cindidas	0	-11.487
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	406	-1.963
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	406	-1.963
7.08.01	Pessoal	20	20
7.08.01.01	Remuneração Direta	20	20
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	8	145
7.08.02.01	Federais	8	145
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	403	415
7.08.03.01	Juros	402	414
7.08.03.02	Aluguéis	1	1
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-25	-2.543
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-25	-2.543

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	33.622	50.040
1.01	Ativo Circulante	11.240	28.108
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	36	12.411
1.01.02	Aplicações Financeiras	9.594	14.179
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	9.594	14.179
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	9.594	14.179
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.609	1.513
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.609	1.513
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social compensáveis	1.609	1.513
1.01.07	Despesas Antecipadas	0	5
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1	0
1.01.08.03	Outros	1	0
1.01.08.03.03	Outros créditos	1	0
1.02	Ativo Não Circulante	22.382	21.932
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	22.287	21.837
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	22.287	21.837
1.02.01.09.04	Cauções e depósitos vinculados	22.287	21.837
1.02.03	Imobilizado	95	95
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	95	95

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	33.622	50.040
2.01	Passivo Circulante	12.245	11.979
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1	1
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1	1
2.01.02	Fornecedores	315	25
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	315	25
2.01.03	Obrigações Fiscais	7	31
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	7	31
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	4	27
2.01.03.01.02	Outros tributos a pagar	3	4
2.01.05	Outras Obrigações	11.922	11.922
2.01.05.02	Outros	11.922	11.922
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	11.922	11.922
2.02	Passivo Não Circulante	22.291	21.845
2.02.04	Provisões	22.291	21.845
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	22.291	21.845
2.02.04.01.05	Provisão para processos judiciais	22.291	21.845
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-914	16.216
2.03.01	Capital Social Realizado	25.501	25.501
2.03.01.01	Capital social	25.501	25.501
2.03.04	Reservas de Lucros	-17.105	0
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-17.105	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-9.310	-9.285

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-523	-833
3.02.06	Pessoal e administradores	-24	-24
3.02.08	Serviços de terceiros	-389	-649
3.02.14	Outras despesas operacionais	-110	-160
3.03	Resultado Bruto	-523	-833
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-523	-833
3.06	Resultado Financeiro	501	441
3.06.01	Receitas Financeiras	903	855
3.06.02	Despesas Financeiras	-402	-414
3.06.02.01	Despesas financeiras	-402	-414
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-22	-392
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-3	-141
3.08.01	Corrente	-3	0
3.08.02	Diferido	0	-141
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-25	-533
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	19.113
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	0	19.113
3.10.01.01	Resultado líquido proveniente de investimento cindido	0	30.600
3.10.01.03	Amortização de intangível de concessão proveniente de investimento cindido	0	-11.487
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-25	18.580
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-25	-2.543
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	0	21.123
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,00027	-0,02675
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,00027	-0,02675

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-25	18.580
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	-47.889
4.02.04	Ajuste de avaliação atuarial	0	-72.560
4.02.05	Imposto de renda e contribuição social sobre ajuste de avaliação atuarial	0	24.671
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-25	-29.309
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-25	-17.374
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	0	-11.935

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	34	804.799
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-343	-805
6.01.01.01	(Prejuízo) lucro líquido do período	-25	18.580
6.01.01.03	Amortização do intangível da concessão - operações descontinuadas	0	11.487
6.01.01.08	Provisão para processos judiciais, líquida	44	42
6.01.01.11	Receita de aplicação financeira em investimentos de curto prazo	-362	-455
6.01.01.14	Tributos e contribuições sociais diferidos	0	141
6.01.01.18	Resultado líquido proveniente de operações cindidas	0	-30.600
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	281	-6
6.01.02.05	Imposto de renda e contribuição social compensáveis	10	31
6.01.02.07	Despesas pagas antecipadamente	5	5
6.01.02.10	Fornecedores	290	-17
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição social a pagar	-23	-25
6.01.02.12	Outros tributos a pagar	-1	0
6.01.03	Outros	96	805.610
6.01.03.02	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-98	-70
6.01.03.03	Juros resgatados de investimentos de curto prazo	194	251
6.01.03.04	Caixa líquido gerado nas atividades operacionais descontinuadas	0	805.429
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	4.696	-901.596
6.02.03	Aplicações em investimento de curto prazo	-2.617	0
6.02.04	Resgates de investimento de curto prazo	7.362	2.530
6.02.05	Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	-49	-41
6.02.08	Caixa líquido usado nas atividades de investimentos descontinuadas	0	-904.085
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-17.105	77.090
6.03.08	Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos descontinuadas	0	77.090
6.03.09	Recompra de ações - direito de retirada	-17.105	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-12.375	-19.707
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	12.411	146.621
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	36	126.914

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	25.501	0	0	-9.285	0	16.216	0	16.216
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	25.501	0	0	-9.285	0	16.216	0	16.216
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-17.105	0	0	0	-17.105	0	-17.105
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-17.105	0	0	0	-17.105	0	-17.105
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-25	0	-25	0	-25
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-25	0	-25	0	-25
5.07	Saldos Finais	25.501	-17.105	0	-9.310	0	-914	0	-914

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	958.782	429.200	132.943	0	-60.960	1.459.965	1.966.198	3.426.163
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	958.782	429.200	132.943	0	-60.960	1.459.965	1.966.198	3.426.163
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	360	360
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	0	0	0	0	0	360	360
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-2.543	-14.831	-17.374	-11.935	-29.309
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-2.543	0	-2.543	21.123	18.580
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-14.831	-14.831	-33.058	-47.889
5.05.02.08	Efeito reflexo de ajuste de avaliação atuarial de controlada	0	0	0	0	-22.472	-22.472	-50.088	-72.560
5.05.02.09	Tributos sobre efeito reflexo de ajuste de avaliação atuarial de controlada	0	0	0	0	7.641	7.641	17.030	24.671
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	2.896	-2.896	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	4.388	-4.388	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-1.492	1.492	0	0	0
5.07	Saldos Finais	958.782	429.200	132.943	353	-78.687	1.442.591	1.954.623	3.397.214

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-497	-808
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-389	-649
7.02.04	Outros	-108	-159
7.02.04.01	Outros custos operacionais	-108	-159
7.03	Valor Adicionado Bruto	-497	-808
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-497	-808
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	903	19.968
7.06.02	Receitas Financeiras	903	855
7.06.03	Outros	0	19.113
7.06.03.01	Resultado líquido proveniente de operações cindidas	0	30.600
7.06.03.03	Amortização de intangível de concessão proveniente de operações cindidas	0	-11.487
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	406	19.160
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	406	19.160
7.08.01	Pessoal	20	20
7.08.01.01	Remuneração Direta	20	20
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	8	145
7.08.02.01	Federais	8	145
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	403	415
7.08.03.01	Juros	402	414
7.08.03.02	Aluguéis	1	1
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-25	18.580
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-25	-2.543
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	0	21.123

AES Elpa S.A.

1 Perfil

A AES Elpa S.A. (“Companhia” ou “AES Elpa”) está constituída como uma sociedade por ações de capital aberto e tem por objetivo a participação em outras sociedades como acionista, quotista ou membro de consórcio. A Companhia é controlada diretamente pela Brasileira Participações S.A. (“Brasileira Participações”), sendo a Brasileira Participações por sua vez uma controlada indireta da The AES Corporation (sediada nos Estados Unidos da América).

Em 30 de dezembro de 2016, foi concluído o processo de reorganização societária, o qual foi realizado por meio das cisões parciais da Companhia e da Brasileira Participações com a subsequente incorporação dos respectivos acervos cindidos pela Eletropaulo, de forma que os acionistas da Brasileira Participações (AES Holdings Brasil e BNDESPAR), e da Companhia passaram a deter participação direta na Eletropaulo.

2 Desempenho econômico-financeiro

No trimestre findo em 31 de março de 2017 a Companhia auferiu um prejuízo líquido consolidado no montante de R\$ 25, ante um lucro líquido de R\$ 18.580 no mesmo período do ano anterior. Os itens a seguir explicam os principais fatores que influenciaram a redução de 100,1% do resultado da Companhia.

<i>Em milhares de Reais</i>	Reclassificado		Var. R\$	Var. %
	1T17	1T16		
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE				
Despesas operacionais	(523)	(833)	310	-37,2%
Total das despesas operacionais	(523)	(833)	310	-37,2%
Resultado do serviço (Lucro bruto)	(523)	(833)	310	-37,2%
Resultado financeiro líquido	501	441	60	13,6%
Imposto de renda e contribuição social (correntes e diferidos)	(3)	(141)	138	-97,9%
Prejuízo líquido do período de operações continuadas	(25)	(533)	508	-95,3%
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS				
Resultado líquido proveniente de investimento cindido	-	30.600	(30.600)	-100,0%
Amortização de intangível de concessão proveniente de investimento cindido	-	(11.487)	11.487	-100,0%
TOTAL DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	-	19.113	(19.113)	-100,0%
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	(25)	18.580	(18.605)	-100,1%
Atribuído a sócios da empresa controladora	(25)	(2.543)	2.518	-99,0%
Atribuído a sócios não controladores	-	21.123	(21.123)	-100,0%

AES Elpa S.A.

2.1 Despesas operacionais

No trimestre findo em 31 de março de 2017, as despesas operacionais apresentaram uma redução de 37,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, conforme segue:

<i>Em milhares de Reais</i>	1T17	1T16	Var. R\$	Var. %
Pessoal e administradores	(24)	(24)	-	0,0%
Serviços de terceiros	(389)	(649)	260	-40,1%
Outras despesas operacionais	(110)	(160)	50	-31,3%
Total das despesas operacionais	(523)	(833)	310	-37,2%

2.1.1 Despesas operacionais

Serviços de terceiros: redução de R\$ 260 ou 40,1%, devido principalmente pelas menores despesas de publicações legais, motivada pela reorganização societária da Companhia ocorrida em 30 de dezembro de 2016.

Outros custos: redução de R\$ 50 ou 31,3%, devido principalmente pela redução na taxa Patronal.

2.2 Resultado financeiro

<i>Em milhares de Reais</i>	1T17	1T16	Var. R\$	Var. %
Receitas financeiras	903	855	48	5,6%
Despesas financeiras	(402)	(414)	12	-2,9%
Resultado financeiro	501	441	60	13,6%

No 1T17 o resultado financeiro consolidado líquido foi uma receita de R\$ 501, sendo superior em R\$ 60 ou 13,6%, em relação à receita registrada no 1T16, devido principalmente, ao seguinte fator:

- Aumento de R\$ 64 das receitas com aplicações financeiras, em virtude do maior saldo médio de aplicações financeiras.

2.3 Imposto de renda e contribuição social

Redução de R\$ 138 ou 97,9% das despesas com imposto de renda e contribuição social diferidos no 1T17 em relação ao mesmo período do ano anterior. No 1T16, a Companhia registrou passivo fiscal diferido sobre atualização de depósito judicial. A Administração da Companhia, após reavaliação do reconhecimento do tributo diferido sobre atualização de depósito judicial, decidiu reverter o saldo total em dezembro de 2016, pois considerou a análise combinada dos impactos referentes às provisões fiscais e à atualização dos depósitos judiciais. Desta forma, não há constituição do referido imposto no 1T17.

AES Elpa S.A.

2.4 Operações descontinuadas

A Companhia efetuou as seguintes reclassificações para o resultado de operações descontinuadas para o trimestre findo em 31 de março de 2016:

- (i) Resultado líquido do investimento cindido na Eletropaulo, no montante de R\$ 30.600, sendo apresentado em uma única rubrica na demonstração do resultado denominada “Resultado líquido proveniente de operações cindidas”.
- (ii) Amortização de intangível de concessão proveniente do investimento cindido da Eletropaulo no montante total de R\$ 11.487.

Notas Explicativas

1. Informações gerais

A AES Elpa S.A. (“Companhia” ou “AES Elpa”) está constituída como uma sociedade por ações de capital aberto e tem por objetivo a participação em outras sociedades como acionista, quotista ou membro de consórcio. A Companhia é controlada diretamente pela Brasiliana Participações S.A. (“Brasiliana Participações”), sendo a Brasiliana Participações por sua vez uma controlada indireta da *The AES Corporation* (sediada nos Estados Unidos da América).

Sua sede está localizada na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 5º andar, sala individual 1, Bairro Sitio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri, Estado de São Paulo, Brasil.

1.1 Reorganização societária

Em 30 de dezembro de 2016, foi concluído o processo de reorganização societária, o qual foi realizado por meio das cisões parciais da Companhia e da Brasiliana Participações com a subsequente incorporação dos respectivos acervos cindidos pela Eletropaulo, de forma que os acionistas da Brasiliana Participações (AES Holdings Brasil e BNDESPAR), e da Companhia passaram a deter participação direta na Eletropaulo.

A reorganização societária teve como principais objetivos:

- (i) simplificação da estrutura societária e organizacional da Companhia e da Eletropaulo;
- (ii) melhor eficiência do processo de tomada de decisões, por meio de um novo acordo de acionistas na Eletropaulo;
- (iii) melhoria da liquidez dos investimentos e aumento da geração de caixa futura da Eletropaulo em R\$ 693.897 até o final da concessão, o que contribuirá para a redução do seu nível de endividamento; e
- (iv) mecanismos para uma maior liquidez para os acionistas não controladores da Companhia, por meio da participação direta na Eletropaulo.

Informações detalhadas acerca da reorganização societária foram divulgadas na nota explicativa nº 1 das demonstrações contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

1.1.1 Operação descontinuada

A Companhia efetuou as seguintes reclassificações para o resultado de operações descontinuadas para o trimestre findo em 31 de março de 2016:

1.1.1.1 Demonstração dos Resultados

(a) Individual:

- (i) Resultado líquido proveniente de investimento cindido na Eletropaulo (ganho de equivalência patrimonial) no montante de R\$ 9.477 no trimestre findo em 31 de março de 2016, sendo apresentado em uma única rubrica na demonstração do resultado denominada “Resultado líquido proveniente de operações cindidas”.

Notas Explicativas

- (ii) Amortização de intangível de concessão proveniente do investimento cindido da Eletropaulo no montante total de R\$ 11.487 no trimestre findo em 31 de março de 2016.

(b) No consolidado:

- (i) Resultado líquido do investimento cindido na Eletropaulo, no montante de R\$ 30.600, sendo apresentado em uma única rubrica na demonstração do resultado denominada “Resultado líquido proveniente de operações cindidas”.
- (iii) Amortização de intangível de concessão proveniente do investimento cindido da Eletropaulo no montante total de R\$ 11.487 no trimestre findo em 31 de março de 2016.

OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	Controladora	Consolidado
	31.03.2016	31.03.2016
Resultado líquido proveniente de operações cindidas	9.477	30.600
Amortização de intangível de concessão proveniente de operações cindidas	(11.487)	(11.487)
Total das operações descontinuadas	(2.010)	19.113
Atribuído a acionistas controladores		(2.010)
Atribuído a acionistas não controladores		21.123

Os impactos das operações da controlada cindida no resultado consolidado são apresentados a seguir.

	31.03.2016
	Eletropaulo
Receita operacional líquida	2.880.340
Custos operacionais	
Custo com energia elétrica	(1.968.604)
Pessoal, entidade de previdência privada, material e serviço de terceiros	(262.246)
Outras	(584.125)
Total dos custos operacionais	(2.814.975)
Resultado do serviço (lucro bruto)	65.365
Resultado financeiro	(17.220)
Resultado antes dos tributos	48.145
Total dos tributos (imposto de renda e contribuição social)	(17.545)
Resultado líquido proveniente de operações cindidas	30.600
Atribuído a acionistas da empresa controladora	9.477
Atribuído a acionistas não controladores	21.123

1.1.1.2 Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Companhia destaca em linha específica os resultados líquidos do investimento cindido.

(a) No consolidado:

	Consolidado
	31.03.2016
Total caixa líquido gerado nas atividades operacionais	805.429
Total caixa líquido usado nas atividades de investimento	(904.085)
Total caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	77.090
Variação de caixa e equivalentes de caixa	(21.566)

Notas Explicativas

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

Em 25 de abril de 2017, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes informações contábeis intermediárias, submetendo-as nesta data à aprovação do Conselho de Administração.

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram preparadas e estão sendo apresentadas para o trimestre findo em 31 de março de 2017 de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. As informações contábeis intermediárias para o trimestre findo em 31 de março de 2017 também estão de acordo com o IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitido pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

As informações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.2 Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo dessas informações contábeis intermediárias podem não perfazer precisamente os totais apresentados.

As informações trimestrais foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, devido à reorganização societária, a Companhia deixou de possuir qualquer investimento em outras sociedades. Desta forma, a fonte de recebimento de caixa advinda de dividendos deixou de existir. Como forma de mitigar seu risco de liquidez, a Companhia possui uma política de gerenciamento de caixa, incluindo determinação de saldo mínimo de caixa, de forma a assegurar a disponibilidade de recursos financeiros. Caso seja identificada necessidade de caixa no futuro, a Companhia dependerá de aporte de recursos por parte de seus acionistas.

Sistema Empresas.Net

A Companhia em razão da reorganização societária realizada em 30 de dezembro de 2016 deixou de ter subsidiária e, portanto, deixou de efetuar consolidação de suas informações contábeis. Contudo, devido a restrições no sistema Empresas.net, utilizado para fins de elaboração e envio de documentos à CVM e BM&FBovespa, as informações contábeis comparativas estão apresentadas da seguinte forma:

- a.1) informações contábeis consolidadas de 31 de março 2016 estão comparadas com as informações contábeis individuais de 31 de março de 2017;

Notas Explicativas

- a.2) os balanços patrimoniais consolidados de 31 de dezembro de 2016 e 31 de março de 2017 refletem exatamente os balanços individuais findos nas respectivas datas, visto que a partir de 30 de dezembro de 2016 não há saldos consolidados patrimoniais.

Nos quadros individuais e consolidados da “Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido” do Sistema “Empresas.Net” utilizado para fins de elaboração e envio de documentos à CVM e BM&FBovespa, o ajuste de avaliação patrimonial, embora não corresponda a “Outros Resultados Abrangentes”, está apresentado na coluna com esta indicação, visto que não há opção mais apropriada para a apresentação no referido quadro.

2.3 Moeda funcional, conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

(i) Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

3. Políticas contábeis e estimativas

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas, julgamentos e estimativas contábeis descritos nas notas explicativas 4.1 a 4.16 das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

4. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

<u>Caixa e equivalentes de caixa:</u>	31.03.2017	31.12.2016
Numerário disponível	36	29
Operação compromissada (i)	-	12.382
Subtotal	36	12.411
<u>Investimentos de curto prazo:</u>	31.03.2017	31.12.2016
CDB-DI (i)	8.492	9.997
Operação compromissada (i)	1.102	4.182
Subtotal	9.594	14.179
Total	9.630	26.590

- (i) Certificados de depósitos bancários e operações compromissadas foram remunerados em média, a 98,60% do CDI no trimestre findo em 31 de março de 2017 (99,14% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016).

Notas Explicativas

5. Imposto de renda e contribuição social compensáveis

	31.03.2017	31.12.2016
<u>CIRCULANTE</u>		
Contribuição social	17	-
Imposto de renda	932	962
Imposto de renda retido na fonte	660	551
Total	1.609	1.513

6. Tributos e contribuições sociais a pagar

A Companhia é tributada pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal, em relação ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (IRPJ e CSLL).

Imposto de renda e contribuição social a pagar:	31.03.2017	31.12.2016
<u>CIRCULANTE</u>		
Imposto de renda	2	19
Contribuição social	2	8
Total	4	27
Outros tributos a pagar:	31.03.2017	31.12.2016
<u>CIRCULANTE</u>		
Tributos Federais		
INSS	2	2
IRRF	-	1
Outros	1	1
Subtotal - Federais	3	4
Total - outros tributos a pagar	3	4

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2017, a Companhia somente efetuou pagamentos de imposto de renda retido na fonte no montante de R\$ 98.

7. Provisões para processos judiciais

7.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e respectivas cauções e depósitos judiciais estão compostas da seguinte forma:

	Passivo		Ativo	
	Provisões para processos judiciais		Cauções e depósitos vinculados	
	31.03.2017	31.12.2016	31.03.2017	31.12.2016
Processos Fiscais				
PIS/COFINS - JSCP (a.1)	21.960	21.566	21.960	21.566
PIS/COFINS sobre receitas financeiras (a.2)	331	279	327	271
Total	22.291	21.845	22.287	21.837
<u>NÃO CIRCULANTE</u>	22.291	21.845		

Notas Explicativas

As movimentações das provisões dos processos judiciais é como segue:

	Passivo			Saldo final 31.03.2017
	Saldo inicial 31.12.2016	Ingressos	Atualizações	
Processos Fiscais				
PIS/COFINS - JSCP (a.1)	21.566	-	394	21.960
PIS/COFINS sobre receitas financeiras (a.2)	279	44	8	331
Total	21.845	44	402	22.291
<u>NÃO CIRCULANTE</u>	21.845			22.291

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens abaixo, podem não ser precisamente realizadas devido ao andamento futuro dos processos.

(a) Processos fiscais:

- (a.1) A Companhia possui processo no qual se discute a não incidência de PIS e COFINS sobre os valores distribuídos a título de Juros sobre Capital Próprio. A Administração da Companhia, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, definiu que a probabilidade de perda para este processo é provável e, desta forma, em 31 de março de 2017, esta constituída provisão no montante de R\$ 21.960 (R\$ 21.566 em 31 de dezembro de 2016). Foram proferidas decisões desfavoráveis de 1ª e 2ª instância. Atualmente, aguarda-se julgamento no STJ e STF. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que este processo será concluído durante o segundo trimestre de 2018.
- (a.2) PIS/COFINS sobre receitas financeiras: A Companhia discute judicialmente os efeitos do Decreto nº 8.426/2015, que trata da tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras a partir de 1º de julho de 2015, e até que seja proferida decisão de mérito sobre a ação. Enquanto não há decisão autorizando a não aplicação das novas regras do Decreto, a Companhia vem efetuando depósitos judiciais nos montantes correspondentes aos tributos incidentes sobre as receitas financeiras. A Companhia registrou provisão que, atualizada até 31 de março de 2017, corresponde a R\$ 331 (R\$ 279 em 31 de dezembro de 2016). Em relação ao mérito da causa, a Administração da Companhia juntamente com seus assessores legais, classificam como possível. Contudo, com relação ao desembolso de caixa, a Companhia estima como provável que venham a ocorrer pagamentos referentes a essa ação antes da discussão do mérito. Desta forma, a Companhia efetuou provisão para o referido valor. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que este processo será concluído em 2021.

7.2 Processo com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia apresenta a seguir a única contingência passiva cuja probabilidade de perda foi classificada como possível pela Administração. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da Companhia.

Notas Explicativas

Descrição das contingências	Valor estimado da contingência	
	31.03.2017	31.12.2016
Ação Civil Pública - Improbidade Administrativa	Não determinado	Não determinado

Ação civil pública - improbidade administrativa

O Ministério Público Federal instaurou ação civil pública em julho de 2004 contra diversas pessoas físicas e jurídicas, dentre elas a Companhia e a controladora Brasileira Participações S.A., esta última na qualidade de sucessora da AES Transgás, perante a Justiça Federal da Seção Judiciária de São Paulo, questionando determinados aspectos da privatização da Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A.. Por conta de decisão liminar concedida em agosto de 2004, pela qual foi determinada a quebra de sigilo fiscal e bancário da Companhia e dos demais réus, a Companhia interpôs agravo de instrumento perante o Tribunal Regional Federal da Terceira Região, ao qual foi atribuído efeito suspensivo. Em primeiro grau, em junho de 2005, a Companhia apresentou defesa prévia. Em julho de 2006, foi proferida decisão recebendo parcialmente a inicial, o que ensejou a interposição de agravo de instrumento pela Companhia, o qual visava não apenas a cassação da decisão, excluindo-se a Companhia do polo passivo da demanda, como também fosse reconhecida a competência da Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro para processamento e julgamento da demanda. Foi atribuído efeito suspensivo ao recurso, o que suspendeu o trâmite da demanda em primeiro grau. Em julho de 2009 sobreveio julgamento parcialmente favorável do recurso da controladora Brasileira, restando determinada a remessa da ação civil pública, bem como dos recursos oriundos desta, para a Justiça Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro. Contra esta decisão o Ministério Público Federal interpôs recurso especial. Como referido recurso não é dotado, via de regra, de efeito suspensivo, os autos retomaram seu normal curso perante o Rio de Janeiro. Entretanto, em dezembro de 2012, o recurso especial foi julgado, ocasião em que o Superior Tribunal de Justiça reconheceu a competência da Justiça Federal da Seção Judiciária de São Paulo, razão pela qual os autos retornaram à capital Paulista. Em junho de 2014, foi determinada a suspensão do processo até que fossem julgados todos os agravos de instrumento pendentes (os quais versavam sobre a quebra de sigilos bancário e fiscal dos réus, bem como sobre o recebimento da inicial da ação de improbidade administrativa).

Finalmente, em fevereiro de 2015, foram julgados os referidos recursos, sendo que: (i) foi afastada a ordem de quebra de sigilos bancário e fiscal dos réus; e, (ii) foi recebida a inicial integralmente, a contemplar todas as supostas condutas ímprobadas aventadas na inicial. O Ministério Público Federal interpôs recursos especial e extraordinário contra a decisão que versava sobre a quebra de sigilo. O recurso aguarda julgamento perante o STJ. Por outro lado, a controladora Brasileira Participações interpôs recurso especial contra o acórdão que recebeu a inicial integralmente, o qual também aguarda julgamento perante o STJ. Apesar da questão ainda estar pendente de decisão final pela Corte Superior, como o recurso especial não suspende a lide em primeiro grau, em setembro de 2015, a controladora Brasileira Participações apresentou contestação. Após a juntada da defesa, foi aberta vista ao Ministério Público. Após a devolução dos autos pelo órgão ministerial, os autos foram remetidos à conclusão e retornaram ao cartório após inspeção, sem despacho, onde permanecem até a presente data.

Notas Explicativas

Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

8. Patrimônio líquido

8.1 Ações em tesouraria

Em 26 de janeiro de 2017, encerrou-se o prazo para exercício do direito de recesso pelos acionistas da Companhia que dissentiram da aprovação da Cisão Parcial da Companhia, nos termos do artigo 137 da Lei das Sociedades por Ações. Acionistas da Companhia titulares de 1.113.626 (um milhão, cento e treze mil e seiscentos e vinte e seis) ações ordinárias de emissão Companhia efetivamente exerceram o seu direito de retirada. O pagamento foi realizado em 3 de fevereiro de 2017. Estas ações foram alocadas em tesouraria conforme detalhamento abaixo.

8.2 Composição acionária

	31.03.2017		31.12.2016	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
Em circulação:				
Brasiliana Participações S.A.	93.404.112	98,26	93.404.112	98,26
Outros	543.315	0,57	1.656.941	1,74
Total em circulação	93.947.427	98,83	95.061.053	100,00
Em tesouraria:				
Ações em tesouraria	1.113.626	1,17	-	-
Total em tesouraria	1.113.626	1,17	-	-
Total das ações	95.061.053	100,00	95.061.053	100,00

9. Resultado por ação

A tabela a seguir apresenta o (prejuízo) básico e diluído por ação para os trimestres findos em 31 de março de 2017 e 2016:

	31.03.2017	31.03.2016
Numerador:		
Resultado líquido de operações continuadas	(25)	(533)
Resultado líquido de operações descontinuadas	-	(2.010)
Prejuízo líquido do período	(25)	(2.543)
Denominador (em milhares de ações):		
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação	93.947	95.061
Atribuído aos acionistas controladores:		
Das operações continuadas líquidas		
Prejuízo básico e diluído por ação ordinária (em Reais - R\$)	(0,00027)	(0,00561)
Das operações descontinuadas líquidas		
Prejuízo básico e diluído por ação ordinária (em Reais - R\$)	-	(0,02114)
Do Prejuízo líquido do período		
Prejuízo básico e diluído por ação ordinária (em Reais - R\$)	(0,00027)	(0,02675)

Notas Explicativas

Para o trimestre findo em 31 de março de 2017, a Companhia excluiu do cálculo as ações em tesouraria para todo o período apresentado.

Para todos ambos os trimestres, a Companhia não tem nenhum instrumento potencial equivalente a ações ordinárias que pudesse ter efeito dilutivo. Desta forma, o resultado básico é equivalente ao resultado diluído por ação.

10. Outros custos

	Individual		Consolidado	
	31.03.2017	31.03.2016	31.03.2017	31.03.2016
Arrendamentos e aluguéis	(1)	(1)	(1)	(1)
Seguros	(5)	(5)	(5)	(5)
Taxa BM&FBOVESPA	(65)	(79)	(65)	(79)
CVM - Taxa de listagem	(11)	(11)	(11)	(11)
Taxa Patronal	(26)	(63)	(26)	(63)
Outras taxas	(2)	(1)	(2)	(1)
Total	(110)	(160)	(110)	(160)

11. Resultado financeiro

	Individual		Consolidado	
	31.03.2017	31.03.2016	31.03.2017	31.03.2016
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	527	463	527	463
Atualização de créditos tributários	18	20	18	20
Atualização de depósitos judiciais	402	414	402	414
PIS/COFINS sobre receita financeira	(44)	(42)	(44)	(42)
Subtotal	903	855	903	855
Despesas financeiras				
Atualização de processos judiciais	(402)	(414)	(402)	(414)
Subtotal	(402)	(414)	(402)	(414)
Total do resultado financeiro	501	441	501	441

12. Imposto de renda e contribuição social

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	Individual			
	31.03.2017		31.03.2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	(2)	(1)	-	-
Diferidos	-	-	(104)	(37)
Total	(2)	(1)	(104)	(37)
Demonstração do cálculo dos tributos - Despesa:				
Resultado antes dos tributos	(22)	(22)	(392)	(392)
Adições (exclusões):				
Provisão para processos fiscais	44	44	44	44
Outros	-	-	(9)	(9)
Total das adições (exclusões)	44	44	35	35
Base de cálculo antes da compensação	22	22	(357)	(357)
(-) Compensação do Prejuízo Fiscal/Base Negativa	(7)	(7)	-	-
Base de cálculo	15	15	(357)	(357)
Alíquota nominal	15%	9%	25%	9%
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(2)	(1)	-	-
Tributo diferido relacionado aos depósitos judiciais	-	-	(104)	(37)
Total da despesa com tributos	(2)	(1)	(104)	(37)
Alíquota efetiva	9,1%	4,5%	26,5%	9,4%

Notas Explicativas

	Consolidado			
	31.03.2017		31.03.2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	(2)	(1)	-	-
Diferidos	-	-	(104)	(37)
Total	(2)	(1)	(104)	(37)
Demonstração do cálculo dos tributos - Despesa:				
Resultado antes dos tributos	(22)	(22)	(392)	(392)
Adições (exclusões):				
Provisão para processos fiscais	44	44	44	44
Outros	-	-	(9)	(9)
Total das adições (exclusões)	44	44	35	35
Base de cálculo antes da compensação	22	22	(357)	(357)
(-) Compensação do Prejuízo Fiscal/Base Negativa	(7)	(7)	-	-
Base de cálculo	15	15	(357)	(357)
Alíquota nominal	15%	9%	25%	9%
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(2)	(1)	-	-
Tributo diferido relacionado aos depósitos judiciais	-	-	(104)	(37)
Total da despesa com tributos	(2)	(1)	(104)	(37)
Alíquota efetiva	9,1%	4,5%	26,5%	9,4%

12.1 Créditos fiscais

Em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a Companhia acumula prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, conforme segue:

	31.03.2017	31.12.2016
Prejuízo fiscal	15.858	15.865
Base negativa contribuição social	19.405	19.412
Diferenças temporárias ativas	13.071	13.027

13. Partes relacionadas

13.1 Transações com partes relacionadas

Devido aos investimentos cindidos e incorporados pela Eletropaulo, os itens relacionados aos mesmos foram reclassificados para operações descontinuadas (vide nota explicativa nº 1.1.1) para o trimestre findo em 31 de março de 2016.

As principais transações e saldos entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

<u>PASSIVO</u>	31.03.2017	31.12.2016
<u>Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar:</u>		
Brasiliiana Participações S.A.	11.889	11.889

	Individual		Consolidado	
	31.03.2017	31.03.2016	31.03.2017	31.03.2016
<u>RESULTADO</u>				
<u>Despesas:</u>				
Eletropaulo. - sublocação (i)	(1)	(1)	(1)	(1)

Transações com partes relacionadas do investimento cindido:

- (i) Corresponde ao contrato de sublocação de parte de imóvel comercial celebrado entre a controlada cindida Eletropaulo (Sublocadora) e as demais empresas (Sublocatárias), pelo prazo de 10 anos. A ANEEL aprovou a operação por meio do Despacho nº 2.804/2012 e Despacho nº 3.893/2012.

Notas Explicativas

13.2 Remuneração da alta administração

A remuneração da alta administração é composta pelo Conselho de Administração. Nos trimestres findos em 31 de março de 2017 e 2016, a remuneração foi conforme segue:

Descrição	Individual		Consolidado	
	31.03.2017	31.03.2016	31.03.2017	31.03.2016
Benefícios de curto prazo	24	24	24	24
Total	24	24	24	24

Os benefícios são compostos por ordenados, salários e contribuições para a previdência social e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados).

14. Seguros

Em 31 de março de 2017, a cobertura de seguros, considerada suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

	Período de vigência		Importância segurada
	de	até	
Responsabilidade Civil de Administradores - D&O	1-abr-2017	1-abr-2018	R\$ 100.000

15. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

15.1 Instrumentos financeiros

15.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis, estão apresentados a seguir:

	Notas	31.03.2017		31.12.2016		Categoria
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
ATIVO (Circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa	4	36	36	12.411	12.411	Empréstimos e recebíveis
Investimentos de curto prazo	4	9.594	9.594	14.179	14.179	Ativos financeiros disponíveis para venda
Cauções e depósitos vinculados	7	22.287	22.287	21.837	21.837	Empréstimos e recebíveis
Total		31.917	31.917	48.427	48.427	
PASSIVO (Circulante e não circulante)						
Fornecedores		315	315	25	25	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		11.922	11.922	11.922	11.922	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Total		12.237	12.237	11.947	11.947	

As rubricas caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são compostas basicamente por certificados de depósitos bancários (CDB's) e operações compromissadas. CDB's e operações compromissadas são marcados a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do período, conforme definido em sua data de contratação.

Notas Explicativas

Para todas as rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Não houve alteração na classificação dos instrumentos financeiros.

Operações com instrumentos financeiros derivativos

Para o trimestre findo em 31 de março de 2017 e exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não possui quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos.

15.1.2 Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta o instrumento financeiro registrado a valor justo, conforme método de mensuração:

ATIVO (Circulante)	31.03.2017				31.12.2016			
	Valor justo	Mensuração			Valor justo	Mensuração		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3		Nível 1	Nível 2	Nível 3
Investimentos de curto prazo	9.594	-	9.594	-	14.179	-	14.179	-

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível 1 – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2017, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis 1 e 2, nem para dentro ou fora do nível 3.

15.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia conta com as áreas de Controles Internos e Ética e Compliance.

Notas Explicativas

Controles Internos

A área de Controles Internos tem como principal atribuição assessorar as áreas de negócio na revisão de processos e implementação de controles para garantir exatidão das informações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e procedimentos internos.

Ética e Compliance

Em caso de denúncia ou suspeita de fraude ou irregularidade, a questão será investigada pela área de Ética e *Compliance* e os recursos necessários serão alocados para que, com base na conclusão das averiguações, e medidas de remediação apropriadas – sejam medidas administrativas, mudanças de controles, implementação ou ajuste de processos, etc. – sejam tomadas tempestivamente. Em caso de necessidade, se houver um eventual impacto material nas informações contábeis intermediárias, estes dados serão devidamente informados à governança da Companhia, incluindo alta administração e Conselho de Administração, com as respectivas ações tomadas e planos de remediação.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia incorrer em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: (i) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia atua de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

A Companhia utiliza a classificação das agências *Fitch Ratings (Fitch)*, *Moody's ou Standard & Poor's (S&P)* para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em uma das agências de risco *rating* inferior ao estabelecido (AA), em escala nacional em moeda local não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Notas Explicativas

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) inferior a R\$ 6.000.000) até 25% (PL superior a R\$ 6.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de PL da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$ 6.000.000) até 5% (PL superior a R\$ 6.000.000) de seu PL. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 31 de março de 2017 é:

	31.03.2017
Investimentos de curto prazo	9.594
Total da exposição	9.594

(b.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar as suas práticas de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia monitora constantemente sua liquidez.

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de *hedge* para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia.

Posição em 31 de março de 2017	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	315	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	33	11.889	-	-	-
Total	348	11.889	-	-	-

Notas Explicativas

(b.4) Riscos de mercado

(b.4.1) Riscos de taxas de juros

Em 31 de março de 2017, as aplicações financeiras da Companhia foram alocadas em CDB's e operações compromissadas, rentabilizadas pelo CDI

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de março de 2017 é:

	31.03.2017
Investimentos de curto prazo	9.594
Total da exposição líquida	9.594

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas, aos quais a Companhia estavam expostas na data base de 31 de março de 2017, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 31 de março de 2017, foi extraída a projeção do indexador CDI para um ano e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 31 de março de 2017, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Aplicações financeiras	Taxa de juros	Posição em 31.03.2017	Projeção receitas financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			4,99%	7,48%	9,97%	12,46%	14,96%
Investimentos de curto prazo	CDI	9.594	479	718	957	1.195	1.435
Total		9.594	479	718	957	1.195	1.435

16. Evento subsequente

Em 20 de abril de 2017 foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária o cancelamento de 1.113.626 ações ordinárias de emissão da Companhia e a consequente redução do capital social no valor de R\$ 17.105, com a alteração do caput do artigo 5º do estatuto social da Companhia, decorrente do exercício do direito de retirada por acionistas que dissentiram da deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de 23 de dezembro de 2016 que aprovou a cisão parcial da Companhia, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.1. Tal medida tornar-se-á efetiva no dia 28 de abril de 2017, caso até lá não sejam substituídos os acionistas que exerceram o direito de retirada.

Dessa forma, o capital social da Companhia passará de R\$ 25.501 para R\$ 8.396, dividido em 93.947.427 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal.

Notas Explicativas

Em 20 de abril de 2017 foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a prorrogação até o final do exercício social de 2017, do pagamento do saldo dos dividendos devidos aos acionistas controladores da Companhia, no valor total de R\$ 11.889, já declarados na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 27 de abril de 2016.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Sistema Empresas.Net

A Companhia em razão da reorganização societária realizada em 30 de dezembro de 2016 deixou de ter subsidiária e, portanto, deixou de efetuar consolidação de suas informações contábeis. Contudo, devido a restrições no sistema Empresas.net, utilizado para fins de elaboração e envio de documentos à CVM e BM&FBovespa, as informações contábeis comparativas estão apresentadas da seguinte forma:

- a.1) informações contábeis consolidadas de 31 de março 2016 estão comparadas com as informações contábeis individuais de 31 de março de 2017;
- a.2) os balanços patrimoniais consolidados de 31 de dezembro de 2016 e 31 de março de 2017 refletem exatamente os balanços individuais findos nas respectivas datas, visto que a partir de 30 de dezembro de 2016 não há saldos consolidados patrimoniais.

Nos quadros individuais e consolidados da “Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido” do Sistema “Empresas.Net” utilizado para fins de elaboração e envio de documentos à CVM e BM&FBovespa, o ajuste de avaliação patrimonial, embora não corresponda a “Outros Resultados Abrangentes”, está apresentado na coluna com esta indicação, visto que não há opção mais apropriada para a apresentação no referido quadro.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Ao Conselho de Administração e Acionistas da AES Elpa S.A.

Barueri - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da AES Elpa S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1.1 às informações contábeis intermediárias, que trata da reorganização da estrutura societária do Grupo AES Brasil, implementada durante o exercício de 2016. Como parte desse processo de reorganização, foi realizada a cisão parcial da Companhia e versão do acervo cindido para a Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("AES Eletropaulo"). Parte do acervo líquido cindido incluiu os investimentos em participação societária na controlada operacional AES Eletropaulo e o seu respectivo ágio. Conforme apresentado na nota explicativa 2.2, esses eventos, juntamente com outros assuntos descritos naquela mesma, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida quanto à capacidade da Companhia em continuar gerando resultados e fluxo de caixa. Essas informações contábeis intermediárias foram preparadas no pressuposto de continuidade normal das operações.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2017, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo (SP), 25 de abril de 2017

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S. - CRC-2SP015199/O-6

Marcos Antonio Quintanilha Contador – CRC – 1SP132776/O-3

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Os Diretores da AES ELPA S.A. (“Companhia”), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.917.705/0001-30, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 5º andar, sala individual 1, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri – SP, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao primeiro trimestre do exercício social de 2017.

Barueri, 25 de abril de 2017.

Diretores:

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira

Diretor Presidente

Clarissa Della Nina Sadock Accorsi

Diretora Vice-Presidente e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Os Diretores da AES ELPA S.A. (“Companhia”), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.917.705/0001-30, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 5º andar, sala individual 1, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri – SP, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao primeiro trimestre do exercício social de 2017.

Barueri, 25 de abril de 2017.

Diretores:

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira

Diretor Presidente

Clarissa Della Nina Sadock Accorsi

Diretora Vice-Presidente e de Relações com Investidores